CLIPPING DE NOTÍCIAS

Data: 11/12/2021

A2 PARA COMEÇAR
24h de notícias • www.diarioonline.com.br

Igeprev descobre irregularidades de quase R$ 91,5 milhões

Fraudes começaram a ser identificadas por fiscalização pelo novo governo. Mais da metade desse dinheiro é referente ao pagamento de "fantasmas"

PREVIDÊNCIA

Ana Célia Pinheiro

Pagamentos indevidos a aposentados e pensionistas, descobertos e suspensos pelo Igeprev, o Instituto de Gestão Previdenciária do Pará, já atingem quase R$ 91,5 milhões. Mais da metade dessa montanha de dinheiro é referente ao pagamento de "fantasmas": benefícios que continuavam a ser pagos, apesar da morte dos beneficiários.

As fraudes começaram a ser identificadas graças ao aperto da fiscalização, pelo novo governo, a partir de 2019. Mas o trabalho ganhou impulso com o pente-fino que o instituto vem realizando em todos os seus 51 mil processos de aposentadorias e pensões. Segundo o Tribunal de Contas do Estado (TCE), possíveis irregularidades no pagamento de benefícios teriam gerado um rombo superior a R$ 252 milhões no Igeprev, entre 2010 e 2018. Mais de 40 técnicos trabalham na auditagem, que deve terminar em maio do ano que vem.

Os indícios de irregularidades envolvem incorporações ilegais de gratificações e adicionais aos proventos de aposentados, além de supostos erros nos cálculos de progressões de carreira e de reajustes de pensões por morte, turbinadas para muito além do devido. No entanto, o pagamento de "fantasmas" é o grupo mais expressivo: os mais de 1.200 descobertos já somam quase R$ 47,5 milhões, ou 52% do total. Fontes disseram ao DIÁRIO que apenas os 10 "fantasmas" que mais receberam recursos somam quase R$ 6,8 milhões. O maior volume de pagamentos (R$ 1.610 milhão) foi realizado em nome da viúva de um oficial da Polícia Militar: ela morreu em abril de 2015, mas a sua pensão só foi suspensa em janeiro de 2018.

Na época, o Ministério Público de Contas (MPC) investigava várias irregularidades no Igeprev, entre as quais pensões acima do limite constitucional. A pensão da viúva era de R$ 45.310,23, ou R$ 11 mil acima do limite. Mas o que não se sabia é que ela já estava até morta. Só no ano passado, com a constatação desse fato, é que o Igeprev denunciou o caso ao Ministério Público Estadual (MP-PA) e à Diretoria de Combate à Corrupção (DECOR), da Polícia Civil.

No primeiro relatório do pente-fino, divulgado em agosto último, foram identificados mais de R$ 12 milhões em pagamentos indevidos. No segundo, divulgado em outubro, outros R$ 18,5 milhões. Eles vieram se somar aos R$ 41 milhões em pagamentos a "fantasmas", que o Igeprev já havia cancelado, entre 2019 e este ano; e aos mais de R$ 8,7 milhões de ativos irregulares e militares, também suspensos. O mais recente relatório, divulgado no final do mês passado, aponta R$ 14,227 milhões em irregularidades, entre os 4.814 processos analisados, de 22 de outubro a 17 de novembro.

Giusepp assinala que o combate a esses problemas é fundamental para a saúde financeira do sistema previdenciário

FOTO: BRUNO CECIM/O. PARÁ

"FANTASMAS"

Só nele, constam mais 135 "fantasmas", que receberam R$ 2,097 milhões. Mas embora haja pessoas que faleceram entre 2015 e o ano passado, a maioria morreu neste ano: um total de 103, cujos pagamentos somaram R$ 670 mil. O fato indica maior agilidade na constatação dos óbitos, o que reduz a duração das irregularidades e os recursos desviados no ranking dos 10 maiores "fantasmas", que foi elaborado no início do pente-fino, há casos de pessoas que morreram em 2012 ou 2013, cujos pagamentos só foram suspensos em 2019. E o décimo lugar daquele ranking recebeu, sozinho, quase R$ 444 mil.

No entanto, o maior volume de irregularidades do novo relatório é o de pensões por morte reajustadas acima do devido: são 143 casos, que custaram aos cofres públicos R$ 3,737 milhões, apenas entre maio de 2016 e maio de 2021, o período analisado. Segundo fontes, trata-se de um dano ao erário de difícil reparação, já que será preciso comprovar, judicialmente, a má-fé dos beneficiários, para obter a devolução desse dinheiro. Só um deles teria recebido R$ 350 mil por conta de reajustes turbinados da pensão. E há, ainda, outros 27 casos cujos pagamentos irregulares ultrapassam R$ 100 mil. No relatório anterior, esses gastos chegaram a R$ 7,773 milhões. Em um dos casos, a pensão, concedida em 2006, que deveria estar hoje em R$ 5.935,79, já alcança R$ 8.383,43.

O novo relatório aponta, ainda, possíveis erros de cálculo, e até ilegalidade, em adicionais por tempo de serviço e incorporações de verbas oriundas de cargos comissionados, que resultaram em R$ 3,274 milhões em pagamentos. Há, também, R$ 1,581 milhão em contribuições previdenciárias pagas a menor, e 155 processos onde os percentuais das rubricas listadas nas portarias de concessão dos benefícios diferem daqueles encontrados nos históricos dos servidores. O fato teria gerado R$ 3,536 milhões em pagamentos irregulares.

Várias recomendações já foram adotadas

Segundo o advogado Giusepp Mendes, ex-auditor geral do Estado e que preside o Igeprev desde o ano passado, várias recomendações da equipe que realiza a auditagem já foram adotadas pelo instituto, para melhorar o controle de pagamentos. Ao fim e ao cabo, o que se pretende é "elevar a qualidade da gestão para garantir transparência e segurança e cumprir as exigências legais", diz ele. Além do pente-fino, o Igeprev realiza o Censo Previdenciário, que será encerrado em março do ano que vem.

As duas medidas ajudarão a atualizar o banco de dados do instituto, dificultando as fraudes, corrigindo distorções e evitando pagamentos ilegais. Giusepp assinala que o combate a esses problemas é fundamental para a saúde financeira do sistema previdenciário, do qual dependem milhares de famílias, e até para garantir direitos corriqueiros dos segurados. No último relatório do pente-fino, por exemplo, foram identificados R$ 817 mil em benefícios abaixo do devido, em decorrência da falta de atualização do soldo de militares e de compensações previdenciárias que não foram requisitadas. Com a descoberta, o instituto já vem tomando as medidas necessárias para que essas pessoas recebam aquilo a que têm direito.

INVESTIGAÇÃO